

ENTRE CONVITES, ENCONTROS E ADAPTAÇÕES: INTERVENÇÕES CIRCENSES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM UMA RESIDÊNCIA INCLUSIVA

Sabrina Sturion Fillipini

Faculdade de Educação Física – UNICAMP

Carlos Alexandre Spunchiado

Faculdade de Educação Física – UNICAMP

Seiti Hocama Junior

Faculdade de Educação Física – UNICAMP

Mariana Simões Pimentel Gomes

Faculdade de Educação Física – UNICAMP

RESUMO

Este estudo analisou uma experiência de ensino de práticas circenses para adultos com deficiência intelectual em uma Residência Inclusiva, identificando desafios, possibilidades e estratégias pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo intervenção pedagógica, realizada com oito moradores de uma instituição localizada em Paulínia, São Paulo. Foram desenvolvidas seis aulas semanais envolvendo manipulação de objetos, jogos, equilíbrio, coordenação e interação. Os dados, produzidos por meio de diário de campo, foram organizados em três eixos: participação, adaptações pedagógicas e possibilidades e limites do contexto institucional. Os resultados indicaram diferentes formas de participação, como observar, aproximar-se, explorar materiais, realizar parcialmente as propostas ou interrompê-las. As adaptações envolveram materiais, objetivos, explicações, velocidade das tarefas e critérios de realização, preservando elementos das práticas circenses. As aulas na residência reduziram barreiras de deslocamento e contaram com apoio institucional, embora a rotina da casa e as limitações estruturais tenham condicionado as intervenções. Conclui-se que ensinar práticas circenses nesse contexto requer planejamento flexível, segurança, mediação pedagógica sensível e reconhecimento das escolhas e das diferentes formas de participação.

Palavras-chave: Práticas circenses; Deficiência intelectual; Residência Inclusiva; Intervenção pedagógica; Participação.

1 INTRODUÇÃO

As concepções acerca da deficiência passaram por importantes transformações históricas. Durante longo período, predominou uma compreensão centrada nas características

biológicas do indivíduo, especialmente na lesão e nas limitações funcionais. Essa perspectiva fundamentou o modelo médico da deficiência, no qual as restrições experimentadas pelas pessoas com deficiência tendem a ser localizadas prioritariamente no indivíduo (Diniz, 2007; Diniz; Barbosa; Santos, 2009).

Em contraposição, o modelo social deslocou parte dessa compreensão do corpo para as relações estabelecidas entre os sujeitos e a sociedade. Nessa perspectiva, impedimentos corporais não explicam isoladamente a exclusão, pois características sociais, ambientais e institucionais podem produzir ou ampliar barreiras à participação (Diniz, 2007; Diniz; Barbosa; Santos, 2009). Essa compreensão também encontra respaldo na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009 (Brasil, 2009).

No contexto brasileiro, entre os serviços socioassistenciais de alta complexidade estão as Residências Inclusivas (RIs), destinadas ao acolhimento de jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não disponham de condições de autossustentabilidade ou retaguarda familiar suficiente (Brasil, 1993, 2014). Inseridas preferencialmente na comunidade, as RIs devem oferecer proteção integral e favorecer autonomia, protagonismo, convivência e participação social. Seu cotidiano também pode proporcionar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (Bendinelli, 2024).

Apesar desses princípios, o acesso às práticas corporais pode ser condicionado por transporte, custos, escassez de programas acessíveis, inadequação dos espaços e necessidade de apoio de familiares, cuidadores ou profissionais (Bodde; Seo, 2009; Bossink; Van der Putten; Vlaskamp, 2017). Desenvolvê-las no próprio espaço de residência pode reduzir algumas dessas barreiras e aproximar conhecimentos da Educação Física de populações que nem sempre encontram condições adequadas para acessá-los.

Entre essas possibilidades estão as práticas circenses, que podem assumir finalidades educativas e sociais para além da aprendizagem técnica e da formação artística profissional (Tengan; Bortoleto, 2021). No contexto das pessoas com deficiência, Thompson e Broome (2021) identificaram experiências de autonomia, autoconfiança, interação social, comunicação, diversão e desenvolvimento de habilidades motoras. Contudo, o tema permanece pouco explorado, sobretudo em RI, tornando necessário investigar como ensinar essas práticas diante das singularidades dos participantes e das condições concretas do ambiente.

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar uma experiência de ensino de práticas circenses para adultos com deficiência intelectual em uma RI, identificando desafios, possibilidades e estratégias pedagógicas produzidas durante as intervenções.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo qualitativo caracterizou-se como pesquisa do tipo intervenção pedagógica (Damiani et al., 2013) e a pesquisa foi realizada em uma RI vinculada à Associação Pestalozzi, em Paulínia, São Paulo, que acolhia oito adultos com deficiência intelectual. A participação nas aulas foi voluntária e variável.

Foram elegíveis os moradores com idade igual ou superior a 18 anos vinculados à instituição. Os participantes receberam informações verbais e um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido em linguagem acessível. Também foram obtidos os consentimentos dos responsáveis legais e a anuência da instituição. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas.

A intervenção compreendeu seis aulas semanais de aproximadamente 60 minutos, realizadas na própria RI. As propostas envolveram manipulação de objetos, jogos individuais e coletivos e experiências de equilíbrio, coordenação e interação. Foram utilizados bambolês, bolas de diferentes tamanhos, bolinhas de malabarismo, bolas de tênis, tules, sacolas plásticas, pratos de equilíbrio e tecido acrobático. Embora houvesse planejamento prévio, materiais, tarefas, explicações e formas de organização foram modificados de acordo com as respostas dos participantes.

Os dados foram produzidos em diário de campo pela pesquisadora responsável pelas aulas. Após cada intervenção, foram registrados objetivos, materiais, desenvolvimento das atividades, formas de participação, dificuldades, adaptações e reflexões. Leituras sucessivas permitiram agrupar situações recorrentes e significativas em três eixos: a) entre a resistência inicial e a participação nas atividades; b) adaptações como parte do processo pedagógico; e c) ensinar circo em uma Residência Inclusiva: possibilidades e limites do contexto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Entre a resistência inicial e a participação nas atividades

A participação não ocorreu de maneira uniforme e nenhum encontro reuniu simultaneamente os oito moradores. Alguns recusaram inicialmente o convite, mencionando cansaço, receio de esforço físico, preguiça ou falta de motivação. Essas manifestações não

devem ser reduzidas a dificuldades individuais ou ausência de interesse, pois fatores pessoais, sociais e ambientais, experiências anteriores, apoios disponíveis e características das propostas influenciam a participação de adultos com deficiência intelectual em atividades físicas (Bodde; Seo, 2009; Bossink; Van der Putten; Vlaskamp, 2017).

Os moradores já realizavam fisioterapia e exercícios voltados à aptidão física. Embora essas atividades não tenham sido observadas, os registros suscitaram a hipótese de que algumas recusas estivessem associadas à expectativa de esforço, repetição e cansaço. Essa interpretação exige cautela, pois não foram produzidos dados específicos sobre as demais atividades.

Sem imposição, parte dos moradores aproximava-se posteriormente, observava o grupo e experimentava os objetos. A participação, portanto, não se restringiu à execução integral da tarefa: observar, tocar os materiais, realizar parte da proposta ou decidir interrompê-la constituíram formas de envolvimento. Essa compreensão dialoga com Hammel et al. (2008), que relacionam participação a engajamento significativo, acesso, oportunidade, escolha e controle.

Bambolês, bolas, tules e pratos de equilíbrio favoreceram a curiosidade e proporcionaram experiências diferentes daquelas habitualmente associadas ao exercício físico. Também foram registradas manifestações de satisfação diante da realização dos movimentos. Entretanto, seis semanas foram insuficientes para verificar mudanças duradouras na disposição para participar de práticas corporais.

3.2 Adaptações como parte do processo pedagógico

As primeiras intervenções mostraram que disponibilizar materiais ou demonstrar movimentos não garantia condições suficientes de participação. Algumas tarefas exigiam coordenação, concentração, percepção espaço-temporal e compreensão das instruções em níveis que não se mostraram acessíveis a todos. Por isso, materiais, explicações e objetivos foram modificados, explorando a flexibilidade das práticas circenses para acolher diferentes capacidades e formas de participação (Thompson; Broome, 2021).

No malabarismo, por exemplo, as bolinhas específicas foram substituídas por bolas maiores, tules e sacolas plásticas. As bolas exigiam menor precisão para a apreensão, enquanto tules e sacolas permaneciam mais tempo no ar. A aprendizagem foi dividida em etapas, iniciando-se com lançamentos e recepções de um objeto. Os elementos circenses também foram articulados a gincanas, jogos de memória e situações de dupla tarefa, aproximando-se da pedagogia do jogo, que favorece experiências diversificadas e contextualizadas (Bortoleto; Pinheiro; Prodócimo, 2011).

Com o prato de equilíbrio, a dificuldade de mantê-lo na extremidade da vareta levou a outras explorações, como apoiá-lo no dedo ou deslocar-se procurando impedir sua queda. Preservaram-se, assim, o equilíbrio e o controle do objeto sem instituir a técnica convencional como único critério de sucesso. No tecido acrobático, a dificuldade de criar movimentos sem orientação evidenciou a necessidade de combinar exploração e propostas direcionadas.

Adaptar não significou apenas simplificar: foram alterados material, objetivo imediato, velocidade, explicação e critério de realização. O desafio consistiu em preservar elementos circenses — manipulação, equilíbrio, jogo, desafio e exploração — sem submeter todos a um padrão único. Ao longo das intervenções, a pesquisadora deixou de centralizar apenas as habilidades motoras e passou a valorizar também envolvimento, interação, autonomia e escolha (Hammel et al., 2008). A dificuldade passou a ser compreendida na relação entre sujeito, tarefa, material, ambiente e mediação pedagógica, em aproximação ao modelo social da deficiência (Diniz, 2007; Diniz; Barbosa; Santos, 2009).

3.3 Ensinar circo em uma Residência Inclusiva: possibilidades e limites do contexto

Realizar as aulas na RI reduziu a necessidade de deslocamento. O horário fixo foi acordado com a coordenação e incorporado à rotina institucional. Cuidadoras, coordenação e equipe terapêutica, por conhecerem os moradores e suas formas de comunicação, auxiliaram na organização e em demandas específicas. Esse apoio, contudo, precisava ampliar oportunidades de envolvimento sem substituir escolhas ou transformar o convite em obrigação (Hammel et al., 2008).

O local de moradia também impôs limites. Como espaço de convivência, cuidado e vida privada, nem sempre permitia separar a aula da dinâmica da casa. Discussões entre moradores ou trabalhadores interferiam ocasionalmente nas atividades, evidenciando que experiências educativas em RI são atravessadas pelas relações e rotinas cotidianas (Bendinelli, 2024).

As condições estruturais também influenciaram o planejamento. A ausência de tatames, colchões e ponto seguro de ancoragem impediu movimentos suspensos no tecido acrobático, que foi explorado no solo e combinado com bambolês. Nesse caso, a adaptação decorreu das condições de segurança do ambiente, e não das características dos participantes.

O espaço, portanto, não foi apenas cenário: suas condições materiais, relações, rotinas e formas de apoio produziram possibilidades e limites pedagógicos. As práticas circenses podem compor as oportunidades de aprendizagem das RI, desde que desenvolvidas com segurança, flexibilidade, apoio institucional e reconhecimento das escolhas dos residentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação foi construída pela observação, pela aproximação com os materiais, pelas interações e pelas possibilidades de escolha. As dificuldades decorreram da relação entre demandas das atividades, materiais, mediações e ambiente. Adaptar significou reorganizar objetivos, recursos, explicações e critérios de realização, preservando elementos das práticas circenses.

As aulas na residência reduziram barreiras de deslocamento e contaram com apoio institucional, mas foram atravessadas pela rotina da casa e por limitações estruturais. Embora o curto período não permita generalizações, a experiência evidencia que ensinar circo nesse contexto requer planejamento flexível, segurança, observação atenta e reconhecimento das diferentes maneiras de participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDINELLI, Rosanna Claudia. **Residências inclusivas: interfaces entre educação e assistência social**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

BODDE, Amy E.; SEO, Dong-Chul. A review of social and environmental barriers to physical activity for adults with intellectual disabilities. **Disability and Health Journal**, v. 2, n. 2, p. 57–66, 2009.

BORTOLETO, Marco Antonio Coelho; PINHEIRO, Pedro Henrique Godoy Gandia; PRODÓCIMO, Elaine. **Jogando com o circo**. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.

BOSSINK, Leontien W. M.; VAN DER PUTTEN, Annette A. J.; VLASKAMP, Carla. Understanding low levels of physical activity in people with intellectual disabilities: a systematic review to identify barriers and facilitators. **Research in Developmental Disabilities**, v. 68, p. 95–110, 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residências Inclusivas: perguntas e respostas**. Brasília, DF: MDS, 2014.

DAMIANI, Magda Floriana et al. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 45, p. 57–67, 2013.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 65–77, 2009.

HAMMEL, Joy et al. What does participation mean? An insider perspective from people with disabilities. **Disability and Rehabilitation**, v. 30, n. 19, p. 1445–1460, 2008. DOI:

TENGAN, Ellen Yukari Maruyama; BORTOLETO, Marco Antonio Coelho. Vamos brincar de circo: corpo “em arte” na Educação Infantil. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades – Rev. Pemo**, v. 3, n. 2, 2021.

THOMPSON, Bianca A. D.; BROOME, Kieran. Social circus for people with disabilities: a video analysis through the lens of the MOHO. **Occupational Therapy International**, v. 2021, artigo 6628482, p. 1–10, 2021.

SOBRE OS AUTORES

Sabrina Sturion Fillipini – Bacharela e Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: sabrinasturionfillipini@gmail.com

Carlos Alexandre Spunchiado – Bacharel e mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorando em Atividade Física Adaptada pela UNICAMP.

E-mail: alexandrespun@gmail.com

Seiti Hocama Júnior – Bacharel em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Pós-graduado em Saúde da Família e; Saúde do Adulto e do Idoso pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UNICAMP, mestrando em Educação Física pela UNICAMP.

E-mail: s290711@dac.unicamp.br

Mariana Simões Pimentel Gomes – Doutora em Atividade Física Adaptada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do curso de Educação Física na Faculdade de Educação Física (FEF) da UNICAMP.

E-mail: gomesmsp@unicamp.br